

Políticas públicas por dentro¹

Mirta Rie de Oliveira Tominaga

Nos últimos anos, vem crescendo o interesse nos estudos sobre políticas públicas nas várias áreas do conhecimento, em nosso caso, no campo educacional. Os estudos de políticas públicas no campo educacional perpassam todos os níveis e modalidades educacionais, e muitos fazem a mediação com os determinantes sociais, políticos e econômicos, a fim de obter a compreensão da totalidade social e educacional, indo além dos seus aspectos pedagógico/didático (HOCHMAN; ARRETCHE; MARQUES, 2007; SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007; TELLO, 2013; BALL; MAINARDES, 2011; MARCONDES; TELLO, 2013; AZEVEDO, 2004, dentre outros). Tais estudos não só discutem os aspectos epistemológicos e metodológicos que estão norteando as políticas educacionais, nos seus vários aspectos, como, também, demonstram as várias e possíveis atuações de agentes que implementam tais políticas, como também ações que visem à transformação de um determinado seguimento social, cultural, étnico e econômico. Neste sentido, o livro do professor Lindomar Wessler Boneti, *Políticas Públicas por dentro*, traz uma contribuição significativa no campo educacional pela forma como aborda o tema, indo para além da caixa preta.

A obra *Políticas Públicas por dentro* está estruturada em quatro capítulos, nos quais o autor aborda a questão da política pública de modo distinto do tradicionalmente tratado. De modo geral, as políticas públicas são analisadas a partir dos resultados de sua aplicação e do gerenciamento dos recursos públicos. A obra de Boneti não despreza esse tipo de análise mas vai mais além, preenchendo as lacunas por ela deixadas. Trata-se de uma análise que aborda desde a gênese da política, toda a sua trajetória passando pela instância burocrática, até a sua operacionalização na realidade social, de modo que o autor demonstra que, durante todo caminhar da política pública, há determinantes políticos e econômicos que exercem impacto decisivo sobre elas.

¹ BONETI, Lindomar Wessler. 3. ed. rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. 104 p.

Nos dois primeiros capítulos, o autor faz uma análise dos determinantes teóricos envolvidos na elaboração e operacionalização das políticas públicas.

No primeiro capítulo, *Estado, sociedade civil e políticas públicas*, Boneti situa o leitor quanto à concepção adotada na obra acerca desses conceitos, levando a uma compreensão do Estado como uma instituição não neutra, movida por valores éticos, políticos e culturais, sendo, portanto, resultante de uma correlação de forças entre setores da sociedade civil, local de origem das políticas públicas. É na relação entre Estado, classes sociais e sociedade civil que surgem os agentes definidores das políticas públicas.

No capítulo segundo, *A gênese das políticas públicas: princípios e determinantes*, o autor leva o leitor à compreensão de que a gênese de uma política pública não está na sua origem em si, ou seja, no momento em que ela é planejada, escrita, mas antes disso há um processo que a origina, processo que é permeado por determinantes econômicos sociais e políticos e que se fundamenta em alguns referenciais que vão do tradicionalismo iluminista, passando pelo etnocentrismo, pelos princípios da termodinâmica, pela universalidade e infalibilidade das ciências até o caráter utilitário da ciência que está associado ao etnocentrismo.

Ainda no capítulo dois, o autor aborda a questão social como um desafio que para ela trata-se de ações públicas mínimas para preservar a coletividade. A questão social é um espaço espremido entre o poder político e o setor econômico, sendo, portanto, o primeiro a padecer em momentos de transição ou crise. Para abordar a questão social, Bonetti busca historicamente explicá-la: numa perspectiva conservadora, os serviços públicos são entendidos como compensação para a pobreza, e, numa perspectiva melhorada, o contexto social pode ser entendido como espaço de produção de riqueza, onde se investe em pessoas que deem retorno imediato. Na modernidade, o taylorismo expropria o trabalhador do seu espaço e de seu tempo de trabalho; logo o fordismo, que além das relações, capital e trabalho, introduz o mercado consumidor, sendo o trabalhador em si elemento importante a ser incorporado ao mercado consumidor, garantindo, assim, a reprodução do capital, onde a questão social se apresentava no âmbito da própria dinâmica da produção; e, finalmente, a fase atual, com a reestruturação produtiva, a introdução da informática e produção em rede, o recuo do Estado em relação aos problemas sociais, entre outros, levam a questão social a se transformar em questão não mais de uma classe, mas de pequenos grupos quase que individuais.

Nesse ínterim, em que a questão social passa a ser individual, o sujeito passa a ser o responsável pela sua própria competitividade no mercado de trabalho, num contexto em que a distribuição do conhecimento socialmente produzido não é equitativo, ou seja, há uma dicotomia entre qualificação e desqualificação, ao mesmo tempo em que alguns segmentos sociais são mais privilegiados que outros, provocando uma dinâmica de seletividade entre os sujeitos que são postos diante do conhecimento novo, processo pelo qual resulta em indivíduos aptos e outros não aptos para lidar com ele, gerando assim a lógica da homogeneização, que é entendida como a adoção de uma postura indiferente frente às diferenças.

No terceiro capítulo, *Da elaboração à operacionalização das Políticas Públicas*, Boneti faz uma análise no âmbito da operacionalização das políticas públicas, da sua elaboração à sua implementação. Compreendendo o Estado como resultante da correlação de forças oriundas da sociedade civil, então a gênese de uma política pública está no debate social e percorre algumas instâncias até a sua efetivação. Em primeiro lugar, passa pela tutela política, no âmbito do poder Legislativo; em segundo lugar, passa pelo setor dos burocratas, que são responsáveis por transformar uma política pública em projeto de intervenção na realidade social; e, por fim, vai para a instância da operacionalidade, com a participação de agentes locais. Essa trajetória não ocorre de modo neutro, em cada uma das instâncias ela é submetida a pessoas com diferentes papéis e interesses que passam a permeá-la. Assim é que o autor insiste em dizer que o pretendido e o resultado de uma política pública nem sempre andam juntos, ou seja, o que é anunciado como meta pode não se constituir no resultado que se almejou, haja vista as intensas influências e modificações a que estão sujeitas tais políticas no caminho que percorre.

No último capítulo, *As políticas públicas na contemporaneidade: um novo debate*, o autor revela as características das políticas públicas atuais, marcadas certamente pelo processo de reestruturação produtiva em escala global, uma economia que funciona em tempo real em escala planetária e que trouxe com nitidez a diferenciação entre trabalho e emprego. O impacto dessa nova configuração nas políticas públicas não é pequeno, ele vem desde o papel do Estado até o perfil de pessoa que se quer obter para atuar no novo contexto. Trata-se de uma correlação de forças não só nos limites nacionais, mas também internacionais. E nesse contexto, os movimentos sociais se diferem daqueles do passado, cujo objetivo era comum a uma classe; hoje, esses movimentos são singulares, de interesses individuais e ligados a problemáticas como a fome, o

gênero, a questão do negro, etc., e direta ou indiretamente influenciam na definição das políticas públicas.

A obra de Boneti nos leva a compreender as políticas públicas como fato político, que se origina no âmbito da sociedade civil e percorre toda uma trajetória e nesse caminho somam-se a ele todas as influências dos agentes definidores, sendo que a questão central de todo esse caminhar da política é saber se o grupo social de onde se originou a política está bem representado politicamente nas instâncias por onde ela passa. É por isso que o autor não separa Estado e sociedade civil, visto que não existe mais tal dicotomia, pois os movimentos da sociedade civil não são mais um mecanismo somente das camadas populares, mas também das classes dominantes.

Referências

- AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.
- BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.
- MARCONDES, Maria de Lurdes Pinto de; TELLO, César (Org.). **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional**. Campinas: Mercado das Letras, 2013.
- SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda (Org.). **Política educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- TELLO, César. **Epistemologías de la política educativa: posicionamientos, perspectivas y enfoques**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013.

Mirta Rie de Oliveira Tominaga - Membro do grupo de pesquisa - Instituição Escolar: História, Trabalho e Políticas de Educação Profissional do PPGE/UNISO. Universidade de Sorocaba - Uniso. Sorocaba | SP | Brasil. Contato: rietominaga@gmail.com